



# CÂMARA MUNICIPAL DE LUZ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

---

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LUZ – MG

### Requerimento nº 03/2024

O Vereador que este subscreve, em conformidade com o texto regimental desta Casa Legislativa, mediante aprovação Plenária, vem propor **Moção de Apoio** da Câmara Municipal de Luz à Emenda à Constituição Estadual que dá nova redação ao *caput* do artigo 24 da Constituição do Estado e acrescenta os §§ 11e 12 ao mesmo diploma legal, requerendo seja registrado em ata da reunião ordinária deste dia 05 de fevereiro de 2024.

### JUSTIFICATIVA

O inciso I, do art. 3º da Constituição Federal/88 definiu como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil/88, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Nesta esteira, o princípio da isonomia foi consagrado como um direito fundamental de todos os Brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil.

Assim, para dar concretude aos preceitos constitucionais precitados, em sede do artigo 37, inciso X, determina que “a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices”.

Todavia, quanto à observância este preceito constitucional, vigente desde junho/1999, quando transcorridos os primeiros doze meses da data da edição da referida EC nº 19/98, ainda se encontra em mora, em face da inexistência de regulamentação normativa para estabelecer uma data-base para a revisão anual e obrigatoriedade de inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias dos recursos necessários para assegurar a efetivação deste direito de natureza alimentar.

Em Minas Gerais a mora legislativa na regulamentação deste direito, ao que ao longo dos últimos 25 anos, serviu de combustível para fomentar recorrentes mobilizações dos integrantes das Forças da Segurança Pública para movimentos reivindicatórios, que resultaram em elevados custos para a tropa: perda de vidas, endividamentos, desagregação familiar, danos psicanalíticos irreversíveis, centenas de processos judiciais e administrativos, transferências, demissões, estiolamento da Segurança Pública, atividade indispensável ao desenvolvimento econômico e a paz social. Por isto, a alteração proposta tem por finalidade assegurar, substancialmente, um direito de natureza constitucional, promover estabilidade nas



# CÂMARA MUNICIPAL DE LUZ

## ESTADO DE MINAS GERAIS

---

relações entre os servidores públicos e o Estado, abolir a violência patrimonial e psicológica praticada pelo Estado em desfavor de seus servidores públicos.

A inserção do § 11º tem por escopo promover a regulamentação do 6º do artigo 24 da Constituição do estado que determina expressamente: “lei estabelecerá a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos de Minas Gerais.”

Por fim, a inserção do § 12º tem caráter de imprescindibilidade para garantir, no orçamento público, os recursos necessários à efetivação da recomposição, anual da remuneração anual dos servidores públicos.

Nesse sentido, o apoio das Câmaras Municipais é fundamental para a deliberação da PEC no âmbito da Assembleia Legislativa, pelo que a Câmara Municipal de Luz o faz através da presente Moção.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Sala das sessões, 05 de fevereiro de 2024.

Vereador **NILO MORAIS**